

A TRAJETÓRIA DO URBANISMO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO Uma análise da produção acadêmica entre 2009 e 2019

The path of urbanism with a gender perspective An analysis of an academic production between 2009 and 2019

A. Livia Perfeito & B. Mariana Pena & C. Victoria Hrihorowitsch

Universidade Federal Fluminense, Brasil

liviaperfeito@gmail.com

mariana.ccarpe@gmail.com

victoriath.arq@gmail.com

RESUMO

Apesar do crescimento recente, das discussões sobre gênero e/ou feminismo, em diversas áreas do conhecimento, no Brasil, a temática ainda encontra resistências. Acredita-se na relevância da visibilidade do debate no ambiente acadêmico, por tratar-se de um espaço de expansão e legitimação do conhecimento. Visando compreender a amplitude no campo do urbanismo, este artigo lida com a hipótese que os estudos urbanos sobre as mulheres aumentaram no Brasil, na última década. Utilizou-se uma metodologia bibliográfica, aliada a uma abordagem quantitativa de levantamento de dados, visando verificar a hipótese, tal como apontar a representatividade desse campo temático diante da totalidade de pesquisas de pós-graduação em urbanismo, de universidades públicas da região sudeste, nos últimos dez anos. Os resultados demonstraram uma baixa representatividade das pesquisas relacionadas ao universo feminino, o que impossibilita apontar uma tendência de crescimento ou diminuição do debate, não sendo possível, portanto, validar a hipótese.

Palavras-chave: urbanismo com perspectiva de gênero, urbanismo, gênero, feminismo.

Linha de Investigação: 3. Dinâmicas Urbanas.

Tópico: Gênero e cidade.

ABSTRACT

Despite the recent growth, discussions about gender and/or feminism, in several areas of knowledge, in Brazil, the theme is still resisting. It is believed in the relevance of the visibility of the debate in the academic environment, since it is a space of expansion and legitimization of knowledge. In order to understand the breadth in the field of urbanism, the hypothesis is that urban studies about women have increased in Brazil in the last decade. Using a bibliographic methodology, with a quantitative approach of data collection, verifying the hypothesis, pointing out the representativeness of this subject before the totality of postgraduate research in urbanism, from public universities from the southeast region in the last ten years. The results demonstrated a low representativeness of the researches related to the female universe, making it impossible to indicate a tendency of variation, impossible to validate the hypothesis.

Keywords: urban planning from a gender perspective, urbanism, gender, feminism.

Research line: 3: Urban dynamics.

Topic: Gender and City.

Introdução e informações gerais sobre o artigo

O trabalho¹ aqui proposto, aborda a relevância do debate e da visibilidade sobre a temática de gênero no ambiente acadêmico. Embora, nos últimos anos, tenha acontecido um crescimento das discussões sobre gênero e feminismo em diversas áreas do conhecimento no Brasil, cotidianamente ainda é possível identificar uma ampla resistência no desenvolvimento dos temas relacionado à questão de gênero, tanto nos espaços acadêmicos, quanto fora deles. Não raramente, as pesquisas com caráter feminista são enquadradas como trabalhos 'subjéctivos', como uma produção sobre questões 'específicas' ou 'pessoais'. O mito da neutralidade científica ainda é dominante, e contribui, em muitos casos, para a marginalização dos estudos de gênero, feministas e, como reflexo, para a vivência das mulheres e suas práticas cotidianas.

Assim, por compreender que há a necessidade de fortalecer e de ampliar a epistemologia feminista nos múltiplos campos do saber; por considerar que a universidade atua, e deve atuar, como um espaço de legitimação de discursos e de expansão do conhecimento; e por acreditar que ampliar a representatividade dos trabalhos desenvolvidos em ambientes acadêmicos relacionados à questão da desigualdade de gênero na sociedade seja importante, houve a motivação para o desenvolvimento desta temática de trabalho. Portanto, vislumbra-se a possibilidade de atravessar as epistemologias conservadoras, de forma a propor o debate sobre a temática, a partir da epistemologia feminista e do urbanismo com perspectiva de gênero.

Deste modo, nos fazemos as seguintes perguntas: E os estudos urbanos sobre as mulheres? A discussão de gênero já alcançou o urbanismo? A academia brasileira têm investigado essa temática? Houve um aumento de estudos urbanos voltados para a perspectiva de gênero, na última década? Embora, no âmbito do urbanismo, os trabalhos produzidos que utilizam a perspectiva de gênero ainda sejam poucos, acredita-se haver indícios de um aumento, recentemente. Dentro da diversidade dos estudos de gênero, nosso recorte vai investigar as pesquisas urbanas que estudaram as mulheres. Sendo assim, a trajetória aqui apresentada estará incompleta, sendo necessários mais recortes para completá-la. Assim sendo, este artigo considera a hipótese de que os estudos urbanos sobre as mulheres aumentaram na última década no Brasil.

Com o intuito de verificá-la, optou-se por uma metodologia de base bibliográfica, seguida de uma abordagem quantitativa, por meio de uma análise de levantamento de dados. Assim, o objetivo desta pesquisa é a verificação da hipótese e apresentar o quantitativo de todas as teses de doutorado acadêmico e das dissertações de mestrado acadêmico, do recorte espacial e do recorte temporal, que abordem, de forma central, as discussões relacionadas às mulheres tal como apontar a sua proporcionalidade diante da totalidade de pesquisas.

Como resultados esperados, pretende-se contribuir na construção de novos horizontes epistemológicos sobre a discussão de gênero e feminista no campo dos estudos urbanos; oferecer o subsídio para novas pesquisas; apontar as necessidades de desenvolvimento e transformação que ainda são necessários, para o debate do assunto no campo do urbanismo; e, ainda, apresentar o estado da arte regional sobre o tema proposto. Como produto, será apresentado um levantamento das teses de doutorado e das dissertações de mestrado acadêmicas, com a temática da mulher de todos os programas de pós-graduação em urbanismo

¹ Este artigo conta com apoio de bolsa da CAPES.

das universidades públicas, localizadas no recorte espacial, a região sudeste, e defendidas no período relativo ao recorte temporal, entre os anos de 2009 e 2019.

1. Por que a epistemologia feminista é necessária?

Se considerarmos que a epistemologia define um campo e uma forma de produção do conhecimento – o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico –, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito-objeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade com que operamos, deveríamos prestar mais atenção ao movimento de constituição de uma (ou seriam várias?) epistemologia feminista, ou mesmo de um projeto feminista de ciência. (Rago, 2019, p. 373)

Para Rago, a principal crítica feminista à ciência é a “denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista” (Rago, 2019, p. 374). Desse modo, a ciência seria identitária, pois “pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao modelo de homem branco heterossexual civilizado do Primeiro Mundo” (Rago, 2019, p. 374). Ou seja, aqueles indivíduos que não possuíam todas essas características, ficavam invisibilizados de alguma forma, dentro da produção hegemônica de conhecimento. Como resposta à isso, o feminismo propôs um novo jeito de produzir conhecimento, através da criação da epistemologia feminista.

Da mesma forma que os movimentos e as vertentes feministas são múltiplas, também é necessário pensar nas epistemologias feministas no plural. Apesar disso, algumas características podem ser destacadas. Por exemplo, “as teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas” (Rago, 2019:376). Portanto, existe um esforço para entender os indivíduos como resultados de diferentes processos sociais e culturais, atravessados pelo seu gênero, pela sua classe, pela sua raça, pela sua sexualidade, etc, e não mais como indivíduos universais.

Outro ponto importante é o questionamento da existência de uma verdade científica única e universal, obtida através da racionalidade e da objetividade. “As mulheres apontam para superação do conhecimento como um processo meramente racional, incorporando a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva o processo do conhecimento, questionando a divisão corpo/mente, sentimento/razão” (Rago, 2019:380). Assim, abre-se caminho para várias possibilidades de interpretação para uma mesma questão. Também é valorizado o envolvimento direto do/a pesquisador/a com o seu objeto de pesquisa, de modo que o/a estimule a estar aberto/a a alterar seus métodos e hipóteses, a partir das emoções e informações provenientes dessa vivência (Rago, 2019, p. 380-381).

Portanto, são necessários novos olhares à luz da perspectiva de gênero e feminista nas diversas áreas de conhecimento para que novas questões sobre as mulheres possam ser descobertas, solucionadas e/ou visibilizadas. Isso é especialmente importante no urbanismo, uma vez que é nas cidades onde homens e mulheres se encontram e convivem. O direito à cidade de todos os gêneros precisa ser respeitado e garantido. Para auxiliar a realização disso, precisamos aprofundar os estudos urbanos de gênero e feministas.

2. Pesquisa sobre mulher e gênero no Brasil

2.1. Início dos estudos sobre mulher no Brasil

Com o intuito de ilustrar como a temática da mulher (e conseqüentemente do feminismo e do gênero) é relativamente recente na academia brasileira, trazemos a pesquisa de Albertina de Oliveira Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti. Elas analisaram as dissertações de mestrado e teses de doutorado brasileiras que tiveram a mulher como tema de estudo até 1984 (primeiro semestre), através do levantamento de produção científica publicado nos dois livros 'Mulher Brasileira: bibliografia anotada'. As pesquisadoras consideraram apenas "como pertencentes à área de estudos sobre mulher aquelas pesquisas que manifestassem uma intenção crítica em relação a produção predominante nas ciências humanas no que concerne às relações entre os sexos" (Costa; Barroso e Sarti, 2019, p. 111). O trabalho delas nos mostra que até 1970, só havia 2 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado sobre a mulher, no Brasil. Depois disso, a pesquisa sobre a temática cresceu consideravelmente, em comparação com o período anterior. Entre 1970 e 1974, o número subiu para 17 dissertações de mestrado e 8 teses de doutorado; entre 1975 e 1979 para 54 dissertações de mestrado e 5 teses de doutorado; e entre 1980 e o primeiro semestre de 1984, foram 61 dissertações de mestrado e 20 teses de doutorado (Costa; Barroso e Sarti, 2019: 120). Para Costa, Barroso e Sarti, 1978 é o divisor de águas nos estudos sobre a mulher no Brasil. É o ano onde ocorre o primeiro concurso de pesquisas sobre a mulher brasileira, na Fundação Carlos Chagas, e o seminário 'A mulher na Força de Trabalho na América Latina' no Rio de Janeiro. E, em 1981, os primeiros núcleos de estudos sobre a mulher são formados nas universidades brasileiras (2019, p. 113-115). Após as primeiras barreiras derrubadas com a sua formação, os estudos sobre mulher precisaram se estabelecer. Não foi e ainda não é fácil:

Essa área de estudos foi segregada, considerada pouco legítima e desprestigiada. Por essas mesmas razões, confinada a um gueto. Confinamento, quem sabe, inevitável numa sociedade patriarcal. Esse espaço segregado onde se instalaram os estudos sobre mulher (como em tantos outros países), entretanto, não se deve apenas ao modo como foram recebidos no quadro geral das ciências sociais, mas também está relacionado com a perspectiva em que se situaram esses estudos e com o fato de que foram feitos quase em sua totalidade por mulheres (Costa; Barroso e Sarti. (2019, p. 130)

Ou seja, os estudos sobre mulher foram desvalorizados, em parte, por serem realizados em sua maioria justamente por pesquisadoras mulheres. É fácil entender isso quando lembramos que "as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas" (Rago, 2019, p. 374).

2.2. Estudos sobre mulher ou estudos de gênero?

Com o objetivo de romper com o isolamento e expandir os domínios, os estudos sobre mulher passaram a se chamar "estudos das relações entre os sexos ou das relações de gênero (para desbiologizar a noção de sexo). A ideia era deixar claro que os estudos sobre mulher dizem respeito também aos homens" (Costa; Barroso e Sarti, 2019, p. 131). Rago também chama a atenção para a escolha dos nomes dos estudos: "em se considerando os "estudos da mulher", esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à história, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes" (Rago, 2019, p. 376). Assim, podemos ver que existe o cuidado de não se substituir o 'sujeito universal masculino da ciência' pelo 'sujeito universal feminino da ciência'. Já com relação ao gênero, para Rago (2019, p. 376), ele

“desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais”. Ou seja, assim como visto em Costa, Barroso e Sarti (2019, p. 131), é uma forma de lembrar e ressaltar o caráter relacional entre os diferentes gêneros. Os estudos de gênero abarcam não só os ‘estudos sobre mulher’ ou ‘estudos feministas’, mas também estudos sobre masculinidades. Dessa vez, os estudos sobre os homens estando em uma perspectiva de gênero, e não mais de universalidade (Rago, 2019, p. 384). Além disso, ressaltamos que as pesquisas sobre sexualidade e identidade de gênero também fazem parte dos estudos de gênero hoje.

3. Urbanismo com perspectiva de gênero

Historicamente o urbanismo e o planejamento urbano são pensados para indivíduos neutros, isentos de gênero e suas demais características pessoais, sem diferenças entre localidades e culturas. Porém as pessoas habitam e circulam por espaços de forma diferente, segundo gênero, raça, classe, sexualidade, geração e segundo a interação entre essas dimensões (Mayorga e Iñiguez, 2019).

A perspectiva de gênero aplicada ao urbanismo significa colocar, em igualdade de condições, as exigências derivadas do mundo produtivo e as derivadas do mundo reprodutivo, isto é, as necessidades quotidianas de atenção às pessoas. (Mayorga e Iñiguez, 2019, p. 10)

No âmbito das produções acadêmicas, em geral, é possível reconhecer diversos estudos que identificam problemas na dimensão de gênero no espaço urbano, porém a maioria dos estudos não usa isso como foco, reservando o olhar apenas para políticas públicas urbanísticas generalistas. Para trabalhar a desigualdade de gênero nesse campo é preciso mudar o raciocínio de uma abordagem quantitativa, que pensa em abrigar equipamentos e ir além de princípios e diretrizes básicas no plano urbano, para entender o olhar diferenciado da mulher e sua presença no espaço.

De acordo com Ezquiaga, é preciso ir contra o raciocínio generalista, funcional, quantitativo ou em grande escala, para focar sobre um território em escala menor, se aproximando mais de diversos grupos sociais. O autor destaca a necessidade de harmonizar os interesses plurais existentes na cidade, levando em consideração, não apenas os atores tradicionais, mas também os que são comumente excluídos do discurso urbanístico, como mulheres, crianças, idosos, negros e outras minorias culturais.

Um planejamento urbano em perspectiva feminista será aquele capaz de construir o espaço da cidade como algo heterogêneo, complexo e múltiplo capaz de absorver a diversidade humana, e todas as atividades em condições de igualdade. (Mayorga e Iñiguez, 2019, p. 1)

Estudando sobre a aplicação do conceito, são muitas as dimensões da cidade, seu uso, planejamento e dinâmica que podem e devem ser abordados a partir de uma perspectiva de gênero, como é a questão da mobilidade urbana, que é um dos temas centrais no gerenciamento das grandes cidades. O planejamento da mobilidade e do transporte público é diretamente dependente de concepções ideológicas, políticas e sociais que variam geográfica e temporalmente. De acordo com a produção literária, as principais questões que interferem na mobilidade das pessoas na cidade são: os rendimentos econômicos, a idade, a ocupação, o nível educacional e o gênero (Carvalho et al., 2011). Pesquisas evidenciam que os sistemas de transporte público não estão orientados a satisfazer as necessidades das mulheres (Beall, 1996; Gomide, 2003).

Outro aspecto que deve ser enfatizado é sobre a luta por moradia onde mulheres tem sido, historicamente, lideranças importantes em processos como de organização das favelas e das ocupações urbanas.

...a exclusão das mulheres, ou a compreensão de que não constituem os sujeitos da cidade, tem sido a tônica em processos de gentrificação (remoções forçadas de famílias de diversas ocupações no contexto dos grandes centros urbanos), de práticas higienistas (como as profissionais do sexo) ou ainda, de reconstrução de localidades atingidas por grandes desastres, exploração minerária ou implementação de grandes empreendimentos (como o caso dos municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de rejeitos da mineração das mineradoras Vale/BHP, Billinton/Samarco em Mariana/MG, Brasil, em novembro de 2015, e no município de Brumadinho/MG, Brasil, em janeiro de 2019). (Mayorga e Iñiguez, 2019, p. 10)

Para alcançar o êxito de um planejamento urbano mais igualitário, através de uma perspectiva feminista, existe um consenso de algumas práticas a serem levadas em consideração, como apontam Mayorga e Iñiguez. É preciso haver maior participação feminina no planejamento das cidades, em todas as suas escalas de produção; é necessário implementar medidas verdadeiramente eficazes e objetivas, ao invés das existentes que visam um indivíduo neutro; é essencial considerar a dimensão da segurança, visto que são as mulheres que mais sofrem com questões de insegurança dentro e fora de casa; pensar um transporte público que facilite a transição entre o público e o privado, quebrando barreiras estipuladas desde o início das cidades, onde os espaços privados eram de domínio feminino, enquanto o público não; promover a visibilização da diversidade no espaço público, visto que a diversidade é uma prática fundamental para a democratização; equiparação de gênero nos organismos e organizações com responsabilidade no planejamento urbano e o transporte, para que se veja o gênero não como uma categoria secundária, exclusiva “das mulheres”, mas para que esta dimensão de gênero seja central para concretização da cidadania.

4. O levantamento como instrumento de análise

4.1. Metodologia

A metodologia utilizada para esta análise foi desenvolvida em algumas etapas. Primeiramente, foi elaborada uma seleção de todos os programas de pós-graduação, de acordo com os critérios estabelecidos (recortes espacial e temporal), por meio da Plataforma Sucupira. Em seguida, por meio dos sites dos respectivos programas, desenvolveu-se um levantamento sobre a produção acadêmica dos mestrandos e dos doutorandos, no período em análise. Visando estabelecer um padrão metodológico para a pesquisa, somente foram consideradas informações disponibilizadas nos sites oficiais de cada programa, sendo desconsiderado qualquer outro tipo de fonte.

Devido a extensão da amostra, houve a necessidade em estabelecer quais os critérios que seriam utilizados no enquadramento da pesquisa, pertinente à temática da mulher. Optou-se por utilizar o método de filtro por palavras-chave. Assim, utilizou-se uma gama de palavras (gênero, mulher, feminismo, feminina), estabelecidas previamente, nas quais, uma ou mais delas, deveriam aparecer no título ou subtítulo dos trabalhos, para indicar a centralidade das questões ao longo do estudo.

Apesar de compreender que a utilização de filtros, como é o caso das palavras-chave, apresentam a desvantagem de não permitir uma análise profunda das pesquisas investigadas que podem apresentar

conteúdo relacionado ao objeto de estudo ao longo do texto. Entretanto, como a leitura na íntegra de todas as dissertações de mestrado e todas as teses de doutorado, referentes a todos os programas em questão não apresentava-se como opção viável; e por entender que a validação da hipótese perpassa a identificação de trabalhos que estejam centrados nas questões das mulheres como debate principal, o filtro apresenta-se como uma solução eficiente para se obter um panorama da amostra.

Por fim, a partir desta primeira seleção, foi necessário calcular a proporcionalidade de trabalhos com a centralidade nas mulheres diante da totalidade de trabalhos, de forma a estabelecer a porcentagem representativa da integralidade. Por fim, houve uma separação de trabalhos por ano, necessária para checar a hipótese de crescimento da discussão, ao longo dos anos da década, posta inicialmente.

4.2. Amostra

Como mencionado anteriormente, a amostra engloba todas as teses de doutorado e todas as dissertações de mestrado acadêmico desenvolvidas por alunos de cursos de pós-graduação - mestrados e doutorados acadêmicos da área de avaliação "Arquitetura, Urbanismo e Design" - de universidades públicas, localizadas na região Sudeste, que tenham as mulheres como temática central, defendidas no recorte temporal, o período que vai a partir do ano de 2009, até o ano de 2019.

Na primeira etapa, correspondente ao levantamento de uma seleção de todos os programas de pós-graduação, através da Plataforma Sucupira, foram identificados 12 programas de pós-graduação, sendo eles: Ambiente Construído (UFJF); Arquitetura (UFRJ); Arquitetura e Urbanismo (UFF); Arquitetura e Urbanismo (UFES); Arquitetura e Urbanismo-IAU USP (USP-SC); Arquitetura e Urbanismo (USP); Arquitetura e Urbanismo (UFV); Arquitetura e Urbanismo (UFMG); Arquitetura e Urbanismo (UFU); Arquitetura e Urbanismo (UNESP-BA); Arquitetura, Tecnologia e Cidade (UNICAMP); Urbanismo (UFRJ).

A segunda etapa, de levantamento sobre a produção acadêmica dos programas, apresentou alguns entraves. É necessário esclarecer que determinados cursos de alguns programas, foram criados, apenas após o ano inicial de análise (2009). Em função disso, para estes casos, foram analisados dados de sua produção, a partir do ano fundação daquele curso. Outro dificultador encontrado foi a falta de informações disponíveis relativas à produção acadêmica, nos sites de alguns programas, até o momento da análise. Algumas das instituições checadas não tinham todas as informações disponibilizadas, o que acarretou, em diversos casos, na interrupção de dados de um ou mais anos da averiguação. Por isso, visando manter um critério metodológico e assegurar a confiabilidade dos dados apresentados, optou-se em considerar neste artigo apenas as teses e dissertações disponíveis nos sites oficiais dos programas.

Com isso, após cumprida as duas primeiras etapas mencionadas, a amostra foi delimitada conforme indicado na figura 01, abaixo:

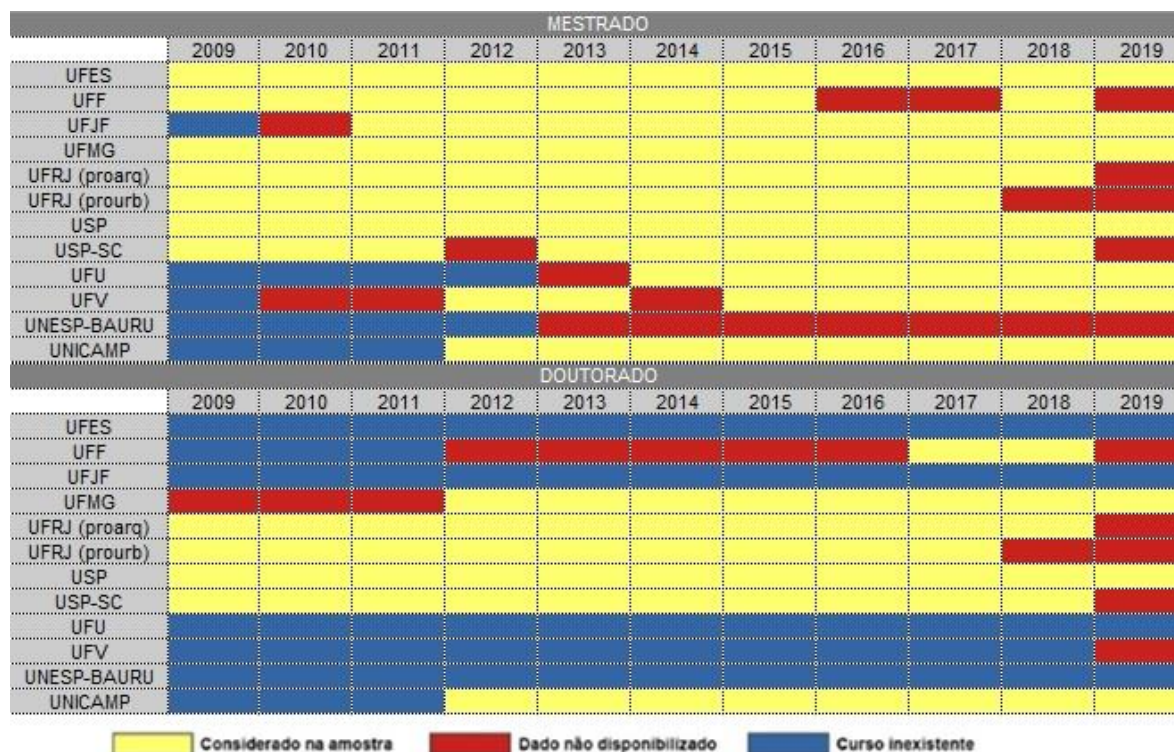


Fig. 01 Amostra definitiva de dissertações de mestrado e de teses de doutorado considerada na análise. Fonte: Elaboração própria.

Após análise da Figura 01 é possível perceber que houve redução da amostra. A UNESP-BAURU, por exemplo, não possui curso de Doutorado e não disponibilizou as informações sobre sua produção de mestrado, sendo por isso, totalmente excluída da análise. Os demais programas, tiveram parte ou todos os dados considerados na contagem, conforme as indicações representadas pela cor amarela na figura 01, acima.

4.3. Resultado

A terceira etapa consistia no cálculo da proporcionalidade de trabalhos que possuem foco nas mulheres dentro da totalidade de temas. No total, foram verificadas 1855 dissertações de mestrado acadêmico e 886 teses de doutorado, de 11 programas de pós-graduação, entre 2009 e 2019. Desse total, foram registradas 12 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado, o que representa uma porcentagem de 0,65% para a dissertação de mestrado e de 0,22% para as teses de doutorado, defendidas nos últimos dez anos, centradas no debate da mulher, respectivamente.

Diante dos números apresentados, ressalta-se a baixa quantidade de trabalhos produzidos com a temática de gênero relacionadas às condições sociais das mulheres e do feminismo, objeto de estudo deste artigo, no campo de arquitetura e de urbanismo no Brasil.

Entretanto, visando a reflexão sobre o assunto, cabe ressaltar algumas bases do panorama encontrado. As teses de doutorado foram defendidas: 1 no Urbanismo (UFRJ) e 1 na Arquitetura e Urbanismo (UFMG). Já as dissertações de mestrado, foram: 1 na Arquitetura e Urbanismo-IAU USP (USP-SC); 3 na Arquitetura e Urbanismo (USP); 1 na Arquitetura, Tecnologia e Cidade (UNICAMP); 2 na Arquitetura e Urbanismo (UFF); 4 na Arquitetura e Urbanismo (UFMG) e 1 na Arquitetura e Urbanismo (UFU). É importante mencionar ainda

que a Arquitetura e Urbanismo da UFMG é o programa e São Paulo o estado, com maior número de trabalhos que apresentavam como eixo principal, a reflexão sobre as mulheres.

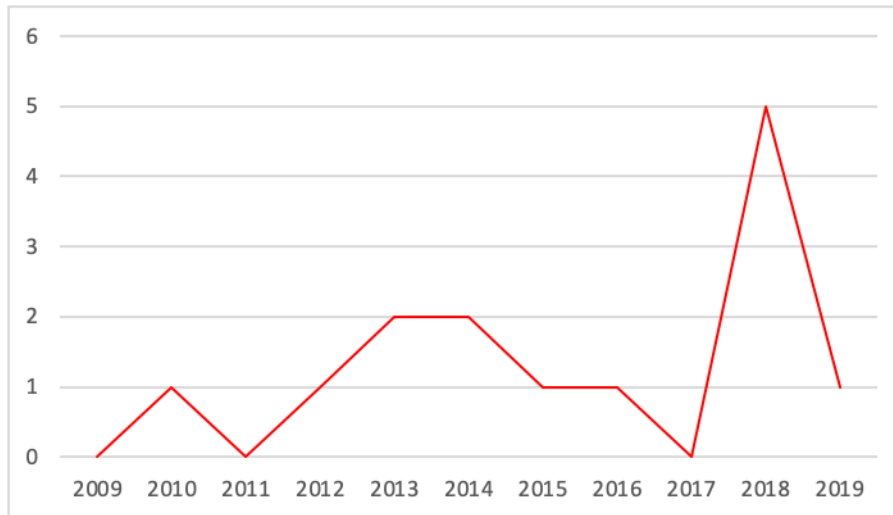


Fig. 02 Gráfico de produção total de trabalhos x ano. Fonte: Elaboração própria.

Finalmente, ao destacar a quantidade real por ano (Fig. 02), verificamos em 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018 e 2019, respectivamente: 0; 1; 0; 1; 2; 2; 1; 1; 0; 5 e 1; pesquisas com a temática em questão. Embora seja possível perceber uma alta no ano de 2018, se comparado aos anos anteriores, devido à baixa quantidade de trabalhos consideramos que não é possível apontar uma tendência de padrão de crescimento ou diminuição e, com isso, validar a hipótese de que os estudos urbanos sobre as mulheres aumentaram no Brasil, na última década.

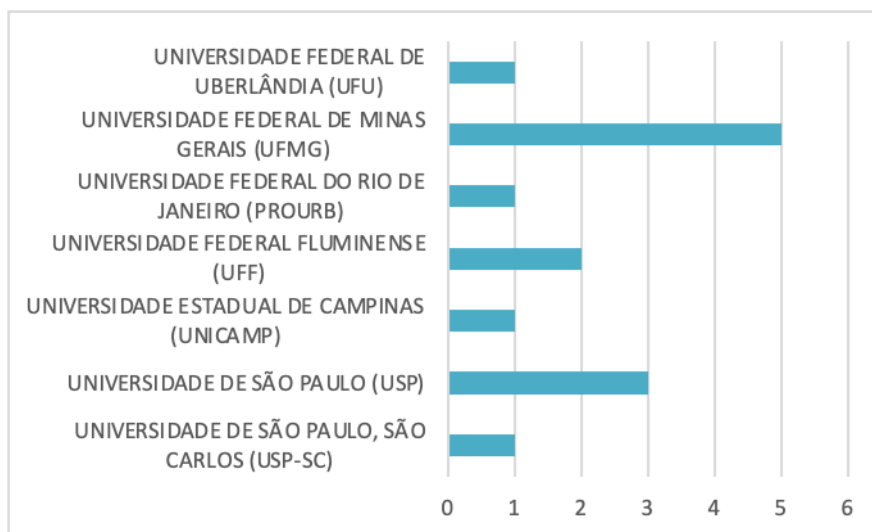


Fig. 03 Gráfico de produção total de trabalhos x universidade. Fonte: Elaboração própria.

Como veremos na Figura 4, os trabalhos encontrados tem diferentes enfoques, uns são sobre visibilidade na profissão, alguns sobre a experiência urbana a partir de uma perspectiva de gênero, entre outros temas.

Ano	Universidade	Curso	Título do trabalho
2010	Universidade de São Paulo (USP)	Mestrado	"Profissão: Arquiteta. Formação profissional, mercado de trabalho e projeto arquitetônico na perspectiva das relações de gênero" Flávia Carvalho de Sá
2012	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Doutorado	"A Mulher e a Casa. Estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial e a evolução do papel feminino na sociedade carioca no final do século XIX e início do século XX" Patrícia Thomé Junqueira Schettino
2013	Universidade de São Paulo, São Carlos (USP-SC)	Mestrado	"Produção autogestionária de janelas e adequação sociotécnica. Caso: Marcenaria Coletiva de Mulheres, assentamento rural Pirituba II, Itapeva-SP" Everton Randal Gavino
	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Mestrado	"Arquitetura & Gênero. O Resgate de Pioneiras no Cenário Profissional." Cynthia Lobato Serrano
2014	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Mestrado	"A Invisibilidade feminina no campo da arquitetura e urbanismo" Paula Donegá de Castro
	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Mestrado	"Arquitetura na periferia: Uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres" Carina Guedes de Mendonça
2015	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ - PROURB)	Doutorado	"A indiferença à diferença: análise do urbanismo a partir da perspectiva de gênero" Rossana Brandão Tavares
2016	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Mestrado	"Por onde caminham as mulheres? Um estudo sobre os percursos cotidianos de mulheres diaristas em Belo Horizonte" Luna Lyra
2018	Universidade de São Paulo (USP)	Mestrado	"Mulheres e periferias como fronteiras: o tempo-espaço das moradoras do Conjunto Habitacional José Bonifácio" Carolina Alvim de Oliveira Freitas
	Universidade de São Paulo (USP)	Mestrado	"A bicicleta e as mulheres: mobilidade ativa, gênero e desigualdades socioterritoriais em São Paulo" Marina Kohler Harkot
	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Mestrado	"A cidade na perspectiva do gênero: As políticas públicas urbanas 1990-2015 em São Paulo/SP" Camilla Massola Sumi
	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Mestrado	"Feminismo negro e produção do espaço: As ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espacial" Natália Alves da Silva
	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Mestrado	"Lugar de mulher é na cidade: desenho urbano para inclusão de gênero na cidade de Uberlândia" Giovanna Augusto Merli
2019	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Mestrado	"Narrativas cartográficas: Espaço e literatura de autoria feminina na América Latina" Isadora Carraro Tavares Monteiro

Fig. 04 Trabalhos encontrados através do filtro de palavra-chave. Fonte: Elaboração própria.

5. Conclusão

Ressaltamos a importância do fortalecimento da epistemologia feminista nos estudos urbanos, principalmente pela sua crítica ao “modelo de homem branco heterossexual civilizado do Primeiro Mundo” (Rago, 2019:374), tido como sujeito universal na ciência em muitos contextos. O desmonte desse modelo abre frente para que as desigualdades de gênero sejam pensadas, estudadas e combatidas. É importante destacar que não é só o gênero que fica invisível quando esse ‘homem universal’ é utilizado. As questões de raça, de sexualidade, de classe, de nacionalidade e de identidade de gênero (e muitas outras) também ficam invisibilizadas.

Considerando o marco histórico de 1978, definido por Costa, Barroso e Sarti (2019, p. 113), temos apenas 42 anos de acúmulo de estudos sobre a mulher no Brasil. Desse modo, pode ser considerado um campo de pesquisa relativamente recente, ainda mais se considerarmos que a entrada dessa discussão não se deu de forma igual em todas as áreas de conhecimento. Através do nosso levantamento, por exemplo, podemos ver que a discussão sobre a mulher, e/ou sobre gênero, ainda é pouco debatido no urbanismo brasileiro. A importância da categoria gênero foi debatida, pois é uma forma de marcar o fator relacional entre os gêneros, de modo a não invisibilizar essas relações nas pesquisas.

Além disso, observamos a relevância de colocar o assunto de gênero em debate dentro do campo de estudo do urbanismo, através de um ponto de vista feminista. Levando em consideração que a dimensão de gênero é um componente essencial no planejamento de cidades mais justas, democráticas e equitativas, para isso é necessário a mudança do olhar generalista no planejamento das cidades, para encarar as mulheres como atores relevantes nesse processo, visando a maior participação delas.

Cabe salientar que, embora possa haver uma diferença entre os resultados apresentados neste artigo e a quantidade real de trabalhos com centralidade na questão das mulheres, devido ao número de informações indisponíveis para análise, nos meios de informação das instituições e a necessidade de filtrar os resultados, o baixo percentual da temática, diante da totalidade de pesquisas, nos demonstra que gênero praticamente não está sendo debatido no urbanismo brasileiro. Pelo menos, ao considerarmos a região Sudeste. Seria produtivo fazer a análise das demais regiões do país para verificar se há diferenças. Além disso, ressaltamos que é necessário realizar um levantamento com mais palavras-chaves ou outra metodologia para capturar toda a diversidade dos estudos urbanos de gênero. Como, por exemplo, após a consolidação dos dados, tivemos conhecimento de pesquisas que não foram contabilizadas, mas que tem temas afim, como: “Complexidade, Lugar e Cultura. A Arquitetura de Lina Bo Bardi como mediadora entre os sujeitos e suas manifestações” de Eduardo Oliveira Franca (2009); “As exposições das arquitetas curadoras Lina Bo Bardi e Gisela Magalhães como linguagem de arquitetura” de César Augusto Sartorelli (2014); “Espaços coletivos de trabalho: entre a produção e a reprodução” de Viviane Zerlotini da Silva (2014); “Cidade queer: uma autobiografia plural” de Adriana Galuppo Negrão (2019); “Espaço urbano e subversão pela existência corporificada Queer em Uberlândia/MG” de Cássio Henrique Naves Mota (2019). Sendo assim, consideramos que a “trajetória” apresentada no artigo ainda está incompleta, representando apenas uma primeira aproximação.

6. Referências bibliográficas

COSTA, A. de O.; BARROSO, C.; SARTI, C. (2019). Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? En HOLLANDA, H. B. de, Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

EZQUIAGA, José María Ezquiaga. (1997). Cambio de estilo o cambio de paradigma? Reflexiones sobre la crisis del planeamiento urbano. Urban, 1-33.

GOMIDE, Alexandre; GALINDO, Ernesto (2013). Urban mobility: an unfinished agenda or the return of what never was. Estudos Avançados, 27-39.

MAYORGA, Claudia; ÍÑIGUEZ-RUEDA, L. (2019). Gênero, feminismo e cidades. URBS. Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales, 9-15.

RAGO, M. (2019). Epistemologia feminista, gênero e história. En HOLLANDA, H. B. de, Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

6.1. Fontes eletrônicas

Beall, J. (1996). Urban governance: why gender matters. <http://www.gdrc.org/u-gov/doc-whygendermatters.html> (consulta em: 01/03/2020)

Carvalho, C.H.R. de et al. (2011). A mobilidade urbana no Brasil. Brasília: IPEA. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3494> (consulta em: 01/03/2020)

Instituto de Arquitetura e Urbanismo. USP São Carlos. Lista de teses e dissertações a partir de 01/01/2012 até 31/12/2018. <https://drive.google.com/file/d/1mWPWuQ8DBol1kYgjZIPaMyqN2HZs9GEr/view> (consulta em: 20/02/2020).

Programa de pós graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. PPGAU UFF. Produção acadêmica. <http://www.ppgau.uff.br/site/category/producao-academica/> (consulta em: 13/02/2020).

Programa de pós graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. PROARQ FAU UFRJ. Teses e dissertações. <http://www.proarq.fau.ufrj.br/teses-e-dissertacoes/name/> (consulta em: 12/02/2020).

Programa de pós graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. PROURB FAU UFRJ. Teses e dissertações. <http://www.prourb.fau.ufrj.br/teses-e-dissertacoes/> (consulta em: 20/02/2020).

Programa de pós graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa. DAU UFV. Teses e dissertações. <http://www.ppgau.ufv.br/pt-BR/teses-e-dissertacoes> (consulta em: 20/02/2020).

Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP FEC. Dissertações e teses aprovadas. <https://www.fec.unicamp.br/pos/ppgatc/dissertacoes-e-teses/> (consulta em: 20/02/2020).

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. FAAC UNESP. Programa de pós graduação em Arquitetura e Urbanismo. Mestrado e Doutorado. <https://www.faac.unesp.br/#!/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/> (consulta em: 20/02/2020).

Universidade Federal do Espírito Santo. UFES. Dissertações defendidas. <http://www.arquitetura.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGAU/disserta%C3%A7%C3%B5es-defendidas> (consulta em: 12/02/2020).

Universidade Federal de Juiz de Fora. UFJF. Dissertações. <http://www.ufjf.br/ambienteconstruido/producao-cientifica/dissertacoes/> (consulta em: 12/02/2020).

Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG ARQ. Pós graduação <http://www.arq.ufmg.br/site/v2/ensino/cursos/pos-graduacao/> (consulta em: 20/02/2020).

Universidade Federal de São Paulo. FAU USP. Teses e dissertações. <http://www.fau.usp.br/pos-graduacao/teses-e-dissertacoes/>(consulta em: 20/02/2020).

Universidade Federal de Uberlândia. Repositório Institucional. [http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/5140/browse?type=program&order=ASC&rpp=20&value=Program a+de+P%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o+em+Arquitetura+e+Urbanismo](http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/5140/browse?type=program&order=ASC&rpp=20&value=Program+a+de+P%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o+em+Arquitetura+e+Urbanismo) (consulta em: 20/02/2020).